

# **Dinâmica Urbana e Deslocamentos Populacionais: uma proposta metodológica para seu estudo a partir da análise do caso da Grande Florianópolis.**

Pedro Assumpção Alves.

Cita:

Pedro Assumpção Alves (2007). *Dinâmica Urbana e Deslocamentos Populacionais: uma proposta metodológica para seu estudo a partir da análise do caso da Grande Florianópolis*. IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Huerta Grande, Córdoba.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/ixjornadasaepa/49>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eqfA/Qso>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.  
Para ver una copia de esta licencia, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población 31 de octubre, 1 y 2 de  
noviembre de 2007.

**Sesión -12) Migraciones y movilidad territorial de la población**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP  
NÚCLEO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO – NEPO

Pedro Assumpção Alves

**Dinâmica Urbana e Deslocamentos Populacionais: uma proposta metodológica para  
seu estudo a partir da análise do caso da Grande Florianópolis.**

Resumo:

Dentro de um panorama amplo, é correto afirmar que análises sobre dinâmicas de crescimento urbano podem ser realizadas a partir de diferentes prismas. Neste sentido, distintos campos das Ciências Sociais podem realizar estudos com este objetivo comum. Como exemplo, pode-se dizer que dentro do campo da demografia esta questão poderia ser abordada por três caminhos principais: desde o prisma das variações nas taxas de fecundidade; através de questões relacionadas às taxas de mortalidade; ou, finalmente, a partir do estudo da influência dos deslocamentos populacionais sobre um determinado processo de crescimento urbano. Este trabalho tem sua atenção focalizada no terceiro caminho analítico acima exposto. Dessa forma, pode-se dizer que o principal objetivo deste artigo será a pavimentação de alguns caminhos metodológicos para a realização de estudos sobre a dinâmica urbana, desde o prisma dos deslocamentos populacionais. Não obstante, é importante frisar que este caminho metodológico deverá ser construído a partir da associação de elementos explicativos de diferentes Ciências Sociais, mais precisamente, desde a interface entre economia e demografia. A construção desta interface está baseada na análise de um caso concreto, o dinamismo recente do crescimento da cidade de

Florianópolis e de suas principais cidades de influência (região conhecida como 'Grande Florianópolis'). A escolha desta região pode ser justificada pela magnitude do crescimento populacional observado, bem como da clara participação dos deslocamentos populacionais neste processo. Outro fato que justifica a inclusão deste artigo em um congresso de estudos populacionais argentinos, é o importante volume do fluxo de migrações de população argentina para esta localidade. A metodologia empregada na realização deste trabalho pode ser dividida em três etapas. A primeira etapa é constituída pela recuperação dos dados referentes à dinâmica demográfica da região sobre foco de análise, incluindo a participação dos deslocamentos populacionais neste processo. Para tanto, serão utilizados como fonte os Censos demográficos brasileiros, bem como as PNADS que abarcam o período de 1980 a 2000. A segunda etapa é caracterizada pela construção de um quadro analítico da dinâmica econômica desenvolvida neste território, tendo como principal objetivo elucidar a divisão do trabalho empregada neste local. A terceira etapa pode ser caracterizada como a principal contribuição do trabalho acima proposto, pois constitui o esforço de integrar as análises que resultam da dinâmica demográfica com as análises que decorrem da dinâmica econômica. Esta última etapa pode ser descrita como a aplicação de um marco teórico sobre desenvolvimento urbano (construído a partir da leitura de uma série de autores que abordam o tema) em uma realidade concreta. Desta forma, é fundamental deixar explícito o fato de que os resultados deste trabalho podem ser de grande valia para a realização de estudos comparativos com a realidade urbana e demográfica de uma diversidade de cidades médias, inclusive na Argentina.

## **Introdução**

A região Metropolitana de Florianópolis está localizada no estado de Santa Catarina, sendo formada por uma aglomeração urbana de 9 municípios, que totalizavam uma população de mais de 709 mil habitantes, representando pouco mais de 13% da população catarinense, segundo o Censo Demográfico brasileiro de 2000.

Santa Catarina é um estado cuja rede urbana tem características peculiares em relação ao restante das UF's brasileiras, principalmente no que se refere a estrutura de sua rede urbana. Deve-se ter em mente, o fato de que este estado historicamente não apresenta uma polarização em torno de um único município ou aglomeração urbana. Sua estrutura econômica está distribuída entre uma série de mesoregiões, que se articulam de forma bastante independente com as outras regiões do Brasil e do mundo. Esta é uma característica histórica de sua formação. Cujo reflexo na estrutura populacional é uma relativa distribuição entre os seus principais centros urbanos. Por esta razão, apesar da capital catarinense estar localizada na região metropolitana de Florianópolis, a concentração populacional observada nesta localidade é menor do que a observada na região metropolitana do Nordeste de Santa Catarina. Estas características dão margens a diversos debates sobre a legitimidade da formalização de inúmeras Regiões Metropolitanas em Santa Catarina.

Tangenciando este tema, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a evolução populacional da Região Metropolitana de Florianópolis no período entre 1980 e 2000, focalizando o papel desempenhado pelos deslocamentos populacionais neste processo. Defende-se o ponto de que questionamentos sobre a natureza das migrações, associando-as com a estrutura econômica desta localidade, podem lançar luz sobre a força de articulação deste aglomerado urbano com o restante da rede urbana de Santa Catarina e do Brasil. A literatura que dá subsídio a estas interpretações será apresentada na segunda sessão deste trabalho.

A terceira etapa é constituída por uma análise da estrutura econômica desta região, buscando elementos que dêem subsídios a leitura realizada na terceira sessão. Na qual é avaliada a evolução populacional da região e o papel das migrações neste processo.

### **Leituras sobre Desenvolvimento Urbano que podem auxiliar na interpretação do papel dos Deslocamentos Populacionais.**

Este texto foi redigido buscando compreender os processos sociais que originam os movimentos populacionais e, em alguma medida, o processo de urbanização. Este esforço é relevante, pois permite a pavimentação de alguns caminhos metodológicos para a

realização de estudos sobre a dinâmica urbana, desde o prisma dos deslocamentos populacionais.

Deve-se deixar claro que o objetivo principal deste texto é servir como um possível guia de reflexão para estudos que abordem a inter-relação entre o desenvolvimento urbano e as migrações. Ou seja, este texto busca apontar alguns dos processos sociais, que na opinião do autor, podem dar substrato aos números apresentados como ‘saldos migratórios’, seja entre cidades ou regiões. Sendo assim, procurando uma abordagem didática do tema, este texto estará dividido em três grandes eixos de reflexão: os processos sociais que originam as migrações ‘rural-urbano’; os processos sociais que originam as migrações ‘urbano-urbano’; e os processos sociais que originam as metrópoles e seus deslocamentos populacionais respectivos.

#### Migrações ‘Rural-Urbano’

Este estudo parte da perspectiva apontada por Singer (1979), Harvey (1973) e Braudell (1997), sobre a natureza das relações entre cidade e campo. Dentro desta tradição analítica, assume-se o fato de que tais relações são mútuas, porém, com um saldo positivo para o mundo urbano. Sendo assim, a relação cidade-campo se constitui desde sua origem em uma relação de exploração do campo.

Singer (1979) argumenta que a existência das cidades só pode ser compreendida a partir do fato de que para sua existência é necessário um fluxo contínuo de excedente alimentar do campo em sua direção; neste sentido, a priori, as cidades demandam o estabelecimento de uma relação de dominação e exploração. Corroborando esta idéia, Braudell (1997), afirma que a cidade “para existir, ela tem de dominar um império, por minúsculo que seja” (p. 442, tomo I). Harvey (1973), nesta direção, argumenta que as “cidades formam-se através da concentração geográfica de um produto social excedente, que o modo de integração econômica deve, por isso, ser capaz de produzir e concentrar” (p.185).

Dada à natureza desta relação entre campo e cidade, estes autores concordam que é correto dizer que as formas e a intensidade com que ela se estabelece, é, em grande medida, reflexo da sociedade em que estas cidades estão inseridas. Em outras palavras, pode-se dizer que este seria um reflexo do estágio de desenvolvimento do modo de produção predominante nesta sociedade. Nas palavras de Braudell (1997), pode-se compreender as cidades como o reflexo das civilizações que as governam. Neste sentido, a forma como as civilizações se organizam, determina, em grande medida, a forma como as cidades estarão organizadas. Harvey (1973) também tece uma argumentação nesta direção, ressaltando que a cidade carrega heranças de estágios passados de desenvolvimento, mas que, contudo, “o urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado, entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica da atividade, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante” (p.174).

Tendo em vista estas considerações, a perspectiva analítica adotada neste estudo procura não perder de vista o estágio de desenvolvimento e a forma de organização social em que as cidades, foco de análise, estão inseridas. É importante ressaltar este ponto, pelo fato de que apesar de um crescente processo de homogeneização<sup>1</sup> nas relações de produção nas diversas áreas geográficas do espaço, deve-se levar em conta que este processo resulta muito mais em um acirramento das desigualdades materiais entre as regiões, do que em uma equalização das mesmas. Desta forma, em um mesmo período temporal, é possível observar a conformação de regiões que se relacionam a partir de uma divisão social do trabalho que enseja um processo de crescimento econômico para o conjunto do espaço, mas que conjuga a favor de uma hierarquização crescente de suas relações.

Na perspectiva de Braudell (1997), a ascensão de uma grande cidade implica no surgimento de uma aureola de cidades secundárias, que, a partir de relações hierárquicas realizam uma divisão social do trabalho, cuja lógica é o privilégio do centro dominante, que dinamiza as atividades situadas em seu ‘sistema gravitacional’.

Neste ponto, pode-se dizer que já estão desenhados os dois processos responsáveis por gerar duas importantes formas de fluxos migratórios: os fluxos migratórios rural-urbano e os fluxos migratórios urbano-urbano.

---

<sup>1</sup> No sentido proposto por Carlos Brandão em sua tese de livre docência: BRANDAO, C.A. A dimensão espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos regionais. UNICAMP, Instituto de Economia, Tese de Livre Docência, Campinas, 2003.

Colocado de maneira tipificada pode-se dizer que os processos migratórios rural-urbano têm suas causas nas relações desiguais estabelecidas entre o campo e as cidades. Singer (1980) interpreta as migrações rural-urbanas no contexto dos padrões migratórios preponderantes no período de 1950 a 1980, no Brasil. Neste sentido, postula a interpretação de que os fluxos migratórios 'rural-urbano' eram de duas ordens: movidos por fatores de mudança ou movidos por fatores de estagnação. Para Correa (2005) estes fatores apontados por Singer como os principais responsáveis pelos fluxos migratórios rural-urbano, devem ser interpretados como o resultado de dois ciclos do desenvolvimento das forças produtivas:

“o primeiro ciclo da exploração do campo pela cidade, um ciclo caracterizado pela extração cidadina, via rede urbana, sobre o mundo rural. O segundo ciclo caracteriza-se por uma exportação da cidade para o campo, a qual serve para realimentar o primeiro ciclo. A exportação, na realidade, constitui-se em uma condição para a exportação de excedentes diversos, mas de modo ampliado, tornando maior a acumulação de capital” (Correa, 2005, p.34)

De acordo com Singer (1978), os grupos sociais que apresentassem um crescimento demográfico superior à sua capacidade de reprodução social, estariam sobre a influencia dos fatores de estagnação. Neste sentido, a estagnação econômica em que estes grupos sociais estão inseridos, leva a formação de um fluxo migratório do excedente demográfico, em busca de alternativas de reprodução social. Sendo assim, tais contingentes populacionais são levados a migrar, seja para áreas urbanas ou para áreas de fronteira agrícola.

Os fatores de mudança, por sua vez, estariam diretamente inseridos na perspectiva de uma relação desigual entre campo e cidade. Dentro de uma lógica em que a cidade engendra transformações nos padrões produtivos do campo, levando a um aumento drástico da produtividade do trabalho rural. Segundo Singer (1978), este processo decorre da rápida introdução de progresso técnico, que gera uma elevação da produtividade do trabalho, conduzindo à redução no nível do emprego, ampliação da escala das produções (que leva a um processo de concentração da posse da terra) e, por fim, expulsão de contingentes populacionais do campo para os centros urbanos ou áreas de fronteira agrícola.

O processo de transferência populacional do campo para as cidades enseja uma expansão da população urbana, que resulta em uma expansão da divisão do trabalho.

“Como já mostrou Smith, o limite da divisão do trabalho é o tamanho do mercado” (Singer, 1979, p.18). A expansão da divisão do trabalho é um dos fatores para o aumento da produtividade do trabalho. Por sua vez, a criação de mais mercadorias com menos trabalho, enseja na necessidade de expandir a demanda efetiva.

Harvey (1973), defende a tese de que as cidades se constituirão em um dos principais lócus de criação de demanda efetiva. Contudo, vale especificar que tal processo de expansão da divisão social do trabalho conduz a uma crescente hierarquização, fruto do desenvolvimento desigual entre os espaços. A escala ampliada do processo de divisão social do trabalho pelo crescimento da população urbana, pode ser traduzida como uma divisão social do trabalho entre núcleos urbanos, dando origem ao que a literatura chama de redes de cidades (ou rede urbana). Correa (2005) define rede urbana como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. Segundo este autor, na perspectiva de um crescente processo de urbanização, “a rede urbana passou a ser o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente” (p.15). Singer (1979) defende que a articulação do sistema econômico a partir da rede urbana eleva as forças produtivas a um novo patamar, pois capacita o surgimento de atividades especializadas que visam suprir demandas superiores ao do mercado local de um núcleo urbano. Pode-se dizer que o estudo de Christaller, sobre localidades centrais, inaugura um caminho de investigação que visa interpretar o desenvolvimento a partir da hierarquização do espaço em localidades centrais. Tendo em vista os resultados logrados por esta corrente de pensamento, Correa (2005), argumenta que a existência de uma rede urbana hierarquizada é a principal regularidade encontrada por estudos empíricos que abordam o tema do desenvolvimento urbano.

### Migrações ‘Urbano-Urbano’

Em um plano teórico sobre o desenvolvimento, pode-se dizer que os trabalhos de Myrdall (1968) e Hirschman (1977) podem ser apontados como esforços que não perderam sua validade para interpretar as causalidades do desenvolvimento desigual entre regiões. Os conceitos utilizados por estes autores são bastante similares. Myrdall (1968) apresenta sua interpretação do desenvolvimento a partir de causalidades circulares cumulativas, onde as regiões que logram inserir-se nas etapas dinâmicas do desenvolvimento acumulam

vantagens comparativas que são circunscritas no espaço e conjugam para uma inserção posterior em outros processos de desenvolvimento a partir de uma posição central. Hirschman (1977) adota uma perspectiva aproximada ao afirmar que “forças poderosas provocam uma concentração espacial dos investimentos em torno dos pontos onde este processo se inicia”(p.35).

A divergência destes autores pode ser descrita como sua crença na capacidade de dispersão do processo de crescimento para regiões localizadas fora da região ‘pólo’ onde este processo teve início. Hirschman (1977) acredita que os efeitos de fluência, responsáveis pela dispersão do processo de crescimento econômico, tem a capacidade de contrabalancear os processos de polarização. Enquanto Myrdall (1968) defende que seus efeitos de causação circular cumulativa têm uma implicação muito maior do que os efeitos de dispersão do processo de crescimento. Um ponto de capital importância para a efetivação dos efeitos de polarização em detrimento dos de dispersão, dentro do processo de desenvolvimento de um país, segundo Hirschman (1977), é o de que as regiões menos desenvolvidas não podem adotar medidas protecionistas que diminuam os efeitos nocivos da concorrência com as empresas das regiões desenvolvidas. Analisando este argumento desde a perspectiva das redes de cidades, podemos inferir na conclusão de que o resultado deste processo de integração via concorrência será uma divisão social do trabalho que privilegie as cidades centrais<sup>2</sup>.

Dentro desta perspectiva, pode-se concluir que a constituição de uma rede de cidades hierarquizada conduz a transferência contínua de excedentes das cidades periféricas em direção ao centro<sup>3</sup>. Considera-se, que em alguma medida, esta forma de raciocínio pode explicar a emergência de um importante fluxo migratório urbano-urbano, conjugando para fortalecer um processo de metropolização neste sistema de cidades.

A rede urbana, como dito anteriormente, pode ser definida como o conjunto de centros urbanos funcionalmente integrados entre si, entretanto, é importante ressaltar que estes centros se articulam a partir do desempenho de papéis diferenciados dentro da divisão

---

<sup>2</sup> Na perspectiva de Harvey (1973), “A reputação e o significado das cidades em si mesmas, depende amplamente de sua localização com respeito à circulação geográfica do excedente” (p.211).

<sup>3</sup> “Os resultados obtidos a partir de diferentes estudos, por sua vez, mostram que, alternativamente, a cidade e o espelho de sua região, ou, ao contrário, a região e o resultado da ação motora da burguesia urbana [...] A rede urbana e simultaneamente um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho” (p.24 e 26). Lobato Correa (2005).

social do trabalho. A existência de múltiplos centros desempenhando distintas funções nesta divisão social do trabalho é o resultado de um longo processo de criação e recriação de atividades produtivas, que leva numerosos centros urbanos do território a constituir-se como pontos de criação, circulação e acumulação de produto social excedente (no sentido utilizado por Harvey, 1973). A existência de centros urbanos com maior envergadura e, conseqüentemente, maior poder de comando sobre o processo de criação de excedente e maior capacidade de concentração do mesmo, parece ser uma característica das redes urbanas dentro do modo de produção capitalista.

Contudo, é importante ressaltar que as funções desempenhadas pelos diversos centros urbanos são cambiantes ao longo do desenrolar do processo de desenvolvimento (Correa, 2005). A idéia de rede urbana é dinâmica, por esta razão, pode-se assistir a emergência de um sem número de relações entre centros urbanos dentro de uma mesma rede urbana a partir da análise em diferentes períodos históricos. Sendo assim, podemos interpretar os fluxos migratórios desde o contexto histórico em que estes são desenhados, ou seja, as trocas migratórias empreendidas entre centros urbanos devem ser interpretadas a partir da divisão do trabalho entre tais centros.

### Migrações Metropolitanas

O movimento de concentração demográfica e de recursos nas metrópoles é um exemplo desta característica dinâmica das redes de cidades (Azzoni, 1986). Pode-se dizer que o processo de concentração nas metrópoles se auto-alimenta até alcançar um volume tal que as deseconomias de aglomeração dão início a um segundo processo, de desconcentração relativa destas áreas. Cano (1988), quando discorre sobre as características destes processos no Brasil, afirma que eles podem ocorrer dentro de duas lógicas. Pode ocorrer uma desconcentração relativa dentro de um contexto de crescimento de todas as áreas industriais, em que as áreas periféricas apresentam taxas de crescimento superiores às taxas de crescimento do centro. Outro contexto de desconcentração é desenhado dentro de um quadro de estagnação do sistema econômico. Esta forma de desconcentração foi chamada por Cano (notas de aula) como 'desconcentração espúria', onde antigos investimentos que estavam localizados na metrópole são transferidos para outras áreas,

procurando, muitas vezes, menores níveis salariais e um ambiente de força de trabalho menos organizada. No entendimento de Pacheco (1998), os principais fatores que conduziram aos processos de desconcentração produtiva podem ser apontados como: os deslocamentos das fronteiras agrícola e mineral; o processo de integração produtiva do mercado nacional; a relativa desconcentração urbana brasileira; bem como o surgimento de deseconomias de aglomeração nas áreas mais concentradas. Contudo, deve-se deixar claro que a lógica de transferências de excedente social é mantida, como aponta Santos (1996), o centro continua concentrando as atividades de comando sobre as demais atividades produtivas.

Vale chamar a atenção que esta desconcentração não se direciona para qualquer área ou cidade. Correa (2005) e Pacheco (1998), lembram o fato de que esta transferência produtiva se dá em direção de cidades que apresentem um mínimo de infra-estrutura (física, social e econômica), fato, que em última instância resulta em um novo processo de hierarquização, com o florescimento de cidades de porte médio e grande, em detrimento da contínua estagnação de grandes áreas. Segundo Pacheco (1998), pode-se descrever tal processo como o aparecimento de 'ilhas de prosperidade' em meio a um 'continente' de estagnação. Este processo se desenrola dentro de um contexto de crescente especialização regional, que segundo estes autores é fruto do processo de reestruturação produtiva que continua a ser comandado pelo centro (no caso brasileiro, leia-se São Paulo).

O contexto de desconcentração produtiva parece ainda mais interessante quando são abordadas temáticas relativas ao novo paradigma produtivo, vigente principalmente a partir dos anos de 1980, onde a transferência de capacidade produtiva não é necessariamente traduzida em crescimento econômico e empregos para as regiões periféricas.

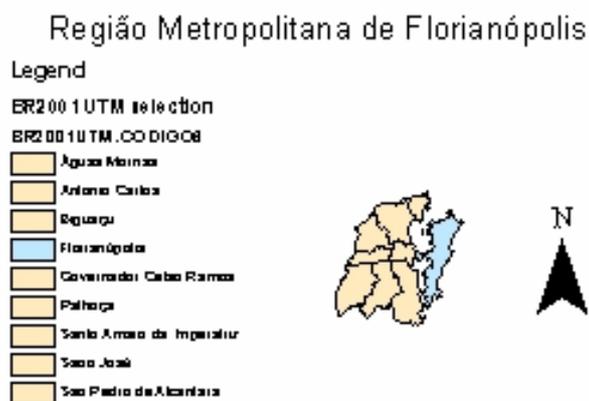
Outra importante característica da existência de uma excessiva concentração de recursos nos centros, que ainda não foi abordada por esta breve revisão bibliográfica, são as conseqüências da grande concentração de contingentes demográficos nos grandes centros urbanos. Neste sentido, as contribuições de Harvey (1973) e Castells (1979) parecem centrais. Estes autores advogam que este processo de crescente concentração de excedentes sociais no centro, a partir de sua expropriação das zonas periféricas, ocasiona o deslocamento de expressivos contingentes demográficos para estas áreas. Contudo, devido ao modo de produção em que a sociedade Ocidental contemporânea está inserida, estes

contingentes populacionais, em grande medida, só encontram inserção marginal na economia do centro. Apesar de agora localizados geograficamente em locais com maior centralidade no sistema, se vêem mais uma vez alijados do processo de criação e apropriação do excedente. Desta forma, o espaço urbano se configura necessariamente em um espaço segmentado, dividido entre classes, principalmente entre as classes dos que estão inseridos na lógica de acumulação, circulação e apropriação do capital, e aqueles que se encontram marginalizados no sistema, correntemente classificados como despossuídos. Na interpretação de Furtado (2000), o desenvolvimento dos países periféricos deve sempre ser interpretado a partir da problemática de formação de uma sociedade e economia dualista, onde miséria e opulência tendem a ser as duas faces de diversas regiões.

Castells (1979) estabelece uma leitura do processo de industrialização onde quanto maior a taxa de crescimento industrial, mais intenso é o crescimento urbano, “maior a tendência à concentração em grandes aglomerações e maior a penúria de moradias como também a deterioração do patrimônio imobiliário” (p.226). Neste sentido, para este autor, as questões referentes à moradia em grandes centros urbanos, serão sempre questões relacionadas à sua crise. Na perspectiva de Harvey (1973, p.233), as populações pobres nos grandes centros urbanos cumprem duas funções. Estas populações podem ser vistas como exército industrial de reserva, com o objetivo de pressionar negativamente o nível salarial da população empregada, e de ser utilizada em ciclos de grande crescimento. Porém, segundo este autor, grande parte das populações miseráveis das grandes cidades podem ser classificadas entre aquele contingente populacional que não tem capacitações para ser absorvido no mercado de trabalho urbano. Neste sentido, a partir de uma visão amparada nos programas de bem estar social europeus e americanos, a função desempenhada por estes contingentes populacionais é a de ser alvo de políticas assistencialistas governamentais, que tem como resultado principal aumentar a demanda efetiva dos centros urbanos. Visão que deve ser considerada no atual contexto do renascimento de políticas de assistência social no Brasil.

## Região Metropolitana de Florianópolis e Estrutura Econômica.

A Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) é formada pelo conjunto de 9 municípios, que constituem uma ocupação com contigüidade de mancha urbana, principalmente entre os municípios de Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu.



Fonte: Construção própria a partir da base cartográfica IBGE 2001.

No ano de 2004 a Região Metropolitana de Florianópolis participava com 10,24% na formação do PIB do estado de Santa Catarina. Pode-se dizer que o destaque desta região é o setor de serviços, no qual sua participação no PIB setorial catarinense alcançava cerca de 15% neste ano. O fato de Florianópolis se constituir como capital do estado de Santa Catarina, concentrando uma série de atividades administrativas, aliado a crescente atividade turística, se constituem como os principais responsáveis pelo dinamismo de seu setor de serviços. A tabela 3 apresenta a estrutura do PIB, dividida entre os diferentes municípios da RMF.

Tabela 1 – PIB dos Municípios da RMF.

	Valor Adicionado na Agropecuária (mil reais)	Valor adicionado na indústria (mil reais)	Valor adicionado no serviço (mil reais)	PIB (mil reais)	PIB per capita (reais)
Águas Mornas	15.967	8.586	13.574	38.262	6.608
Antonio Carlos	22.059	88.675	25.908	25.908	25.483
Biguaçu	29.406	178.640	221.423	453.672	8.208
Florianópolis	1.500	662.938	1.990.926	4.283.628	11.071
Governador Celso Ramos	1.435	9.851	31.156	42.951	3.406
Palhoça	28.591	241.578	304.151	577.457	4.798
Santo Amaro da Imperatriz	11.741	26.942	50.141	88.071	5.212
São Jose	15.859	610.114	841.658	1.657.539	8.602
São Pedro de Alcântara	5.109	2.625	11.093	19.212	5.081
Total RMF	131.667	1.829.949	3.490.030	7.186.700	
Total SC	8.937.656	34.439.631	22.311.925	70.207.923	12158
RMF/SC (%)	1,47	5,31	15,64	10,24	

Fonte: IBGE Cidades.

A importância do setor serviços do município de Florianópolis<sup>4</sup> para a estrutura econômica da região fica clara a partir dos dados da tabela 1, onde este município é responsável por cerca de 60% do PIB setorial da região. O município de São José está diretamente ligado a esta dinâmica, como prestador secundário de serviços para a RMF. Afirmação ilustrada pelo fato de que o setor serviços deste município é maior do que a soma deste setor em todos os demais municípios da RMF, com exceção de Florianópolis.

Como podemos observar nos dados da tabela 2, a participação da RMF na formação do PIB agropecuário de Santa Catarina é muito pequena, evidenciando a debilidade deste setor na região. Águas Mornas é o único município em que o setor primário é preponderante. Este fato é decorrente da debilidade de sua economia em outros setores, além da importância da produção agrícola deste município para atender as demandas da região metropolitana, principalmente em hortaliças. Os municípios de Antonio Carlos e Biguaçu também se configuram como importantes regiões de produção de artigos do setor primário para o abastecimento da região. Contudo, pode-se perceber que a importância

<sup>4</sup> Deve-se chamar atenção para o fato de que as contas nacionais, em especial aquelas no nível municipal apresentam importante discrepância entre a somatória dos PIBs setoriais e o resultado apresentado como PIB municipal. A principal explicação para este fato é a de que a diferença seria explicada por que os PIB setoriais são medidos a custos de fatores, e não estão imputados pelo valor dos impostos, das transferências de renda monetária e dos subsídios governamentais.

deste setor é diminuta, tendo em vista o desenvolvimento de sua estrutura econômica em outros setores.

A participação da Região Metropolitana de Florianópolis no que se refere ao setor industrial é bastante tímida, alcançando apenas 5,31% em 2004, segundo os dados do IBGE Cidades. Deve-se ressaltar que este quadro é fruto da formação histórica da economia deste estado. Santa Catarina desenvolveu uma estrutura industrial com alto grau de especialização setorial em suas diferentes regiões. Neste sentido, dentro de uma leitura altamente superficial, pode-se se dizer que: o setor têxtil foi desenvolvido principalmente na mesoregião do Vale do Itajaí; o setor eletro-metal-mecânico na mesoregião Nordeste; o setor carbonífero e cerâmico na mesoregião Sul; o setor madeireiro e da indústria de papéis na mesoregião do Planalto; e o setor da agroindústria alimentar nas mesoregiões Oeste e Meio-Oeste.

Dentro deste quadro, a formação histórica da região metropolitana de Florianópolis nunca esteve associada a uma tradição industrial. Sua renda sempre esteve principalmente atrelada ao setor serviços, decorrência de sua função política administrativa e, em uma menor escala, em funções de caráter bancário e financeiro. Contudo, nota-se a presença de indústrias de pequeno porte em uma série de setores. Alguns autores<sup>5</sup> apontam possíveis mudanças neste perfil, principalmente a partir do surgimento de indústrias de tecnologia, como informática e automação industrial. Este desenvolvimento estaria atrelado à presença da Universidade Federal, possibilitando vantagens comparativas em relação às demais áreas do estado.

Dado o objetivo desta sessão, de procurar captar a formação de uma dinâmica integrada para o conjunto da região metropolitana, análises referentes à estrutura do emprego e sua distribuição nos diferentes municípios da RMF, transparecem como uma importante ferramenta. A tabela 2, apresenta esta estrutura, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000.

---

<sup>5</sup> Cunha (1996); Goulart Filho (2001).

Tabela 2 - Participação dos Municípios da RMF na distribuição dos Empregos segundo as Categorias de Ocupação do Censo Demográfico 2000.

	Águas Mornas	Antonio Carlos	Biguaçu	Florianópolis	Gov. Celso Ramos	Palhoça	S. A. da Imperatriz	São Jose	S. P. de Alcântara	Total
Militares	0.2	0.2	5.9	55.4	0.4	11.7	0.6	25.3	0.3	100.0
Funcionários Públicos	0.1	0.4	3.9	61.3	0.6	8.1	1.5	23.9	0.2	100.0
Profissionais Liberais	0.2	0.1	1.7	76.6	0.2	3.9	0.9	16.2	0.1	100.0
Técnicos de nível médio	0.3	0.5	4.1	54.3	1.1	10.6	1.4	27.3	0.4	100.0
Trabalhadores de Serviços Administrativos	0.2	0.4	3.8	54.7	0.7	8.8	1.2	30.2	0.2	100.0
Serviços e comércio	0.6	0.8	6.8	48.3	1.5	14.9	2.2	24.5	0.5	100.0
Setor Primário	14.1	17.5	13.5	18.9	7.9	14.8	3.0	5.4	4.7	100.0
Indústria	0.9	1.2	10.0	32.2	2.3	21.8	3.5	27.5	0.7	100.0
Serviços de Reparação e Manutenção	0.7	0.5	7.4	30.9	1.1	28.6	2.7	28.0	0.2	100.0
Participação no total de empregos	<b>0,9</b>	<b>1,2</b>	<b>6,2</b>	<b>49,1</b>	<b>1,5</b>	<b>13,7</b>	<b>2,1</b>	<b>24,8</b>	<b>0,5</b>	
<b>% População da RMF</b>	<b>0.8</b>	<b>0.9</b>	<b>6.8</b>	<b>48.3</b>	<b>1.6</b>	<b>14.5</b>	<b>2.2</b>	<b>24.5</b>	<b>0.5</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Construção Própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Os dados da tabela 2 nos permitem realizar algumas constatações sobre a distribuição dos empregos na RMF. Em primeiro lugar, podemos observar a alta concentração de 61,3% dos empregos ligados ao funcionalismo público no município de Florianópolis. Deve-se ressaltar que este município concentrava 48,3% da população da RMF em 2000. Sem embargo, a concentração de diversas categorias de emprego ligadas ao setor serviços supera esta participação, como é o caso dos profissionais liberais e trabalhadores de serviços administrativos. Contudo, pode-se observar sua pequena participação nos trabalhadores ligados ao setor primário e a indústria.

Tabela 3 - Distribuição Relativa dos Empregos dentro de cada um dos municípios da RMF.

	Militares	Funcionários Públicos	Profissionais Liberais	Técnicos de nível médio	Trabalhadores de Serviços Administrativos	Serviços e comércio	Setor Primário	Indústria	Serviços de Reparação e Manutenção	total
Águas Mornas	0.4	0.8	2.1	3.9	2.3	20.0	47.0	21.5	1.8	100.0
Antonio Carlos	0.3	1.9	0.7	5.5	4.2	21.1	44.6	20.8	1.0	100.0
Biguaçu	1.6	3.7	2.8	8.1	7.7	34.4	6.4	32.5	2.8	100.0
Florianópolis	1.9	7.3	15.9	13.7	14.3	31.0	1.1	13.3	1.5	100.0
Governador Celso Ramos	0.5	2.4	1.6	9.0	5.9	31.5	16.0	31.3	1.8	100.0
Palhoça	1.4	3.5	2.9	9.5	8.2	34.2	3.2	32.2	4.9	100.0
Santo Amaro da Imperatriz	0.5	4.3	4.6	8.6	7.1	33.5	4.3	33.9	3.1	100.0
São Jose	1.7	5.7	6.7	13.6	15.6	31.1	0.6	22.4	2.7	100.0
São Pedro de Alcântara	0.9	1.9	2.4	8.3	4.6	29.5	26.4	25.2	0.7	100.0

Fonte: Construção Própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Por outro lado, os dados referentes aos municípios de Águas Mornas e Antonio Carlos transparecem sua importância dentro do setor primário na estrutura de emprego da RMF. Cerca de 45% dos empregos destes dois municípios estão atrelados com atividades ligadas ao campo, por este motivo, conjuntamente eles são responsáveis por cerca de 30% do emprego no setor primário da RMF, mesmo com sua pequena participação populacional.

A indústria apresenta importante participação relativa na estrutura de emprego dos municípios de Biguaçu, Palhoça, São José e Santo Amaro da Imperatriz. Nestes municípios os empregos ligados ao setor industrial somam mais de 30% do total. Contudo, quando a análise esta focalizada nos dados da tabela 2, referentes à participação de cada municípios em relação aos empregos do total da RMF, os principais municípios em emprego industriais são Florianópolis, São Jose, Palhoça e Biguaçu. Estes dados dão uma idéia da divisão espacial do trabalho desta rede urbana, um importante ferramental para a interpretação da distribuição dos deslocamentos espaciais em curso nesta localidade.

### **Evolução da População da Região Metropolitana de Florianópolis: período 1980 – 2000.**

Os municípios que formam a Região Metropolitana de Florianópolis (RMF) apresentaram um crescimento populacional de grande vulto no decorrer das últimas duas décadas. No período inter-censitário de 1980 e 1991, esta região apresentou uma taxa de crescimento anual geométrico da ordem de 3,4%. Resultando em um incremento relativo de sua população de mais de 45%. Ou seja, no ano de 1980 esta região apresentava 364.334 habitantes, montante que salta para 530.621 habitantes no ano de 1991.

Vale ressaltar que este dinamismo demográfico não foi uniforme entre os municípios que formam a região. O Município de Florianópolis, que certamente exerce grande poder de comando e centralidade sobre os demais, apresentou taxas de crescimento geométrico anual da ordem de 2,83%, entre 1980 e 1991. Por outro lado, municípios do entorno dessa cidade, que se encontram em uma área de urbanização praticamente contígua a cidade principal, apresentaram taxas de crescimento geométrico ainda maiores. Este é o caso dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, com taxas de crescimento superiores a 4% a.a. neste período.

A hipótese deste trabalho é a de que este fato ilustra a formação de uma dinâmica populacional integrada para o conjunto dos municípios que formam a Região Metropolitana de Florianópolis. Esta dinâmica seria um dos reflexos da divisão espacial do trabalho desta localidade. Para corroborar esta proposição, pode-se observar as taxas de crescimento apresentadas no período inter-censitário de 1991 a 2000, onde a região metropolitana de Florianópolis apresenta taxas de crescimento anual geométrico de cerca de 3,2%. O mesmo quadro de crescimento desigual entre os municípios que a formam pode ser observado neste período. Florianópolis apresenta taxas de crescimento populacional da ordem de 3,3% a.a.. Os municípios de Palhoça e Biguaçu continuam apresentando taxas de crescimento superiores à média observada para o conjunto da região, situando-se em torno de 4% a.a.. O município de São José, por outro lado, diminui seu ímpeto de crescimento, apresentando taxas anuais geométricas de cerca de 2,4% a.a..

Segundo a equação compensadora do dinamismo demográfico as variações no contingente populacional de uma região só podem ser fruto de três fatores: nascimentos, mortes ou saldo migratório. Dado o objetivo deste trabalho, os dados da tabela 4, dão uma idéia da importância das trocas migratórias neste quadro de crescimento populacional.

Tabela 4 – Imigração e Emigração da Região Metropolitana de Florianópolis, 1986-1991.

Região em 1986	Imigrantes na RMF 1986/1991, Segundo Região de Origem	Emigrantes da RMF 1986/1991, Segundo Região de Destino
Dentro da RMF	18.115	18.115
Município Florianópolis	2.749	1.376
Extremo Oeste - SC	3.711	584
Sul - SC	6.084	3.356
Planalto Serrano - SC	5.207	892
Município Florianópolis	2.749	1.376
Vale do Itajaí - SC	3.451	3.053
Nordeste - SC	1.016	1.701
Planalto Norte - SC	466	202
Meio Oeste - SC	3.000	436
SC não especificado	317	
Região Centro Oeste	2.303	1.316
Região Norte	772	398
Região Nordeste	917	492
Minas Gerais	439	378
Espírito Santo	175	48
Rio de Janeiro	2.260	649
São Paulo	4.431	2.005
Paraná	5.446	2.141
Rio Grande do Sul	7.833	2.596
Brasil Não Especificado	13	
País Estrangeiro	756	
Ignorado	15	
<b>Total</b>	<b>51.361</b>	<b>21.623</b>

Fonte: Construção própria a partir das tabulações especiais do NEPO, Censo Demográfico 1991.

O primeiro dado a ser ressaltado é o de que a região metropolitana de Florianópolis se configura como uma região de atração de migrantes<sup>6</sup>, fato evidenciado pelo saldo positivo de 29.738 pessoas que esta região apresenta no Censo Demográfico de 1991, segundo as informações sobre migração em data fixa. É importante evidenciar este fato, pois este contingente migratório representa cerca de 18% do incremento populacional desta região neste período.

Uma segunda análise que pode ser realizada sobre os dados da tabela 1, se refere as principais regiões de origem dos migrantes que se destinam a esta região. Neste sentido, observamos que a principal UF de origem dos migrantes que se dirigiam a região metropolitana de Florianópolis no período entre 1980 e 1991 era a UF do Rio Grande do Sul, responsável por cerca de 15,5% do contingente de migrantes que se dirigiram a esta região. Contudo este estado é seguido de perto pelo Paraná, com participação aproximada de 10% dos migrantes. Estes números evidenciam o forte elo existente entre os estados que formam a região Sul, pelo menos no que se refere às trocas migratórias. Neste sentido analítico, observamos que os estados do Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro se constituem como importantes áreas de origem dos migrantes que se dirigiram a RMF. Corroborando uma das teses de Ravenstein, de que um fluxo migratório geralmente gera sua contra-corrente, podemos observar que as principais regiões de origem dos migrantes que se destinam a RMF, também se configuram como importantes regiões de destino para emigrantes da RMF.

Vale observar que a RMF se constitui, neste período, como importante região de destino para contingentes populacionais provindos de outras regiões do estado de Santa Catarina, dentro de um quadro em que tais migrações representam cerca de 50% dos fluxos de chegada a RMF. O fato de que a RMF apresenta saldos migratórios positivos com todas as demais mesoregiões do estado catarinense (com exceção da mesoregião Nordeste) também é um importante indicativo do poder de atração desta região sobre as populações que se localizam em outras cidades da rede urbana deste estado.

---

<sup>6</sup> É de extrema importância ressaltar o fato de que as trocas migratórias expressas nas tabelas 1 e 2 foram captadas pela questão censitária referente a região de moradia em data fixa, portanto, não correspondem ao total de migrantes. Contudo, devido as dificuldades metodológicas de captação do volume migratório, este trabalho adota este volume como o mais próximo da realidade.

No que se refere à dinâmica interna das trocas migratórias nesta região, os dados da tabela 1 nos permitem observar que 18.115 pessoas efetuaram migraram para municípios da própria RMF. Dentre estes movimentos, as trocas migratórias do município de Florianópolis formam um saldo negativo com o restante da região, apesar deste município se constituir como centro desta aglomeração urbana.

No período inter-censitário de 1991-2000, o papel exercido pelas migrações como elemento de propulsão do crescimento populacional aumenta. Fato que pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 - Imigração e Emigração da Região Metropolitana de Florianópolis, 1991-2000.

Região em 1995	Imigrantes na RMF 1995/2000, Segundo Região de Origem	Emigrantes da RMF 1995/2000, Segundo Região de Destino
RM Florianópolis	27.931	27.931
Florianópolis	3.202	1.569
Extremo Oeste - SC	8.130	884
Sul - SC	6.231	3.948
Planalto Serrano - SC	5.427	1.550
Vale do Itajaí - SC	5.174	4.350
Nordeste - SC	2.845	1.822
Planalto Norte - SC	475	289
Meio Oeste - SC	4.603	925
SC não especificado	1.631	
Região Norte	895	731
Região Nordeste	1874	778
Região Centro Oeste	9.003	2.434
Minas Gerais	858	510
Espírito Santo	287	141
Rio de Janeiro	2.102	1.180
São Paulo	7.317	2.212
Paraná	8.857	3.188
Rio Grande do Sul	14.370	4.173
Brasil não especificado	443	
<b>Total</b>	<b>80.522</b>	<b>29.115</b>

Fonte: Construção própria a partir das tabulações especiais do NEPO, Censo Demográfico 2000.

Segundo os dados apresentados na tabela 2, o saldo migratório foi responsável por quase 29% do incremento populacional da RMF entre 1991 e 2000. Este fato, associado ao crescimento absoluto de cerca de 60% nos fluxos de imigração para esta região, corroboram a afirmação de que a RMF se constituiu como região de atração de migrantes no decorrer das últimas décadas.

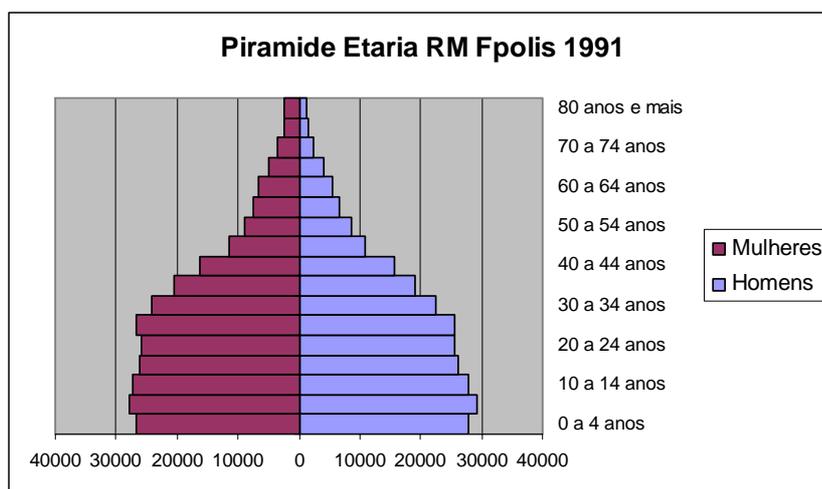
Vale ressaltar o importante incremento nos fluxos imigratórios provindos do estado de Santa Catarina, que aumentaram em cerca de 30%. Outra importante informação derivada desta constatação é o fato de que neste período a RMF apresentou saldos

migratórios positivos com todas as demais mesoregiões de Santa Catarina, ilustrando um possível fortalecimento do papel da RMF como centro da rede urbana catarinense.

No que se refere às trocas migratórias da RMF com as demais regiões do Brasil, o quadro é ainda mais incisivo, pois estes fluxos aumentam em um patamar próximo a impressionantes 90%. Rio Grande do Sul e Paraná continuam se configurando como as UFs com maior número de imigrantes, somando cerca de 29% deste contingente. Contudo, os imigrantes provenientes dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro crescem em importante proporção. Apesar deste quadro, pode-se se dizer que a grande surpresa é o aumento de imigrantes provindos da região Centro-Oeste, que aumentam seu contingente em quase 6 vezes entre os dois períodos. Estes dados parecem ilustrar um fortalecimento da RMF dentro do conjunto da rede urbana nacional.

Os movimentos populacionais dentro da região metropolitana também apresentaram importante incremento, aumentando seu volume em mais de 50%. Estas trocas migratórias são um exemplo concreto da dinâmica integrada de distribuição populacional que passa a ser desenhada na RMF.

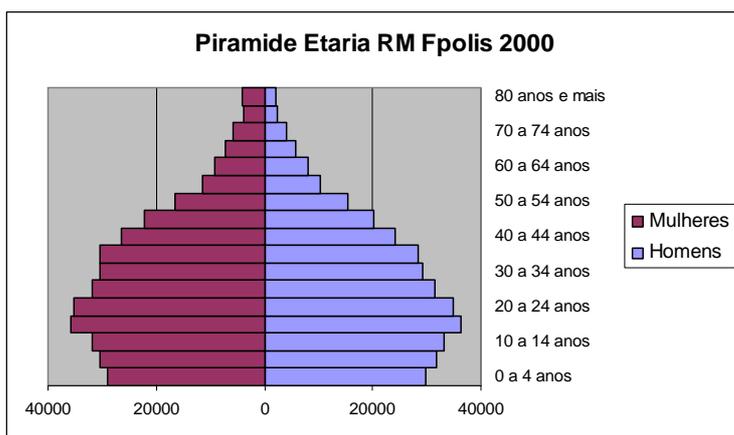
No entanto, a influência destes movimentos migratórios sobre a estrutura populacional da RMF não é clara. Como podemos observar nas pirâmides etárias da região nos anos de 1991 e 2000.



Fonte: Construção Própria a partir de Dados do DATASUS.

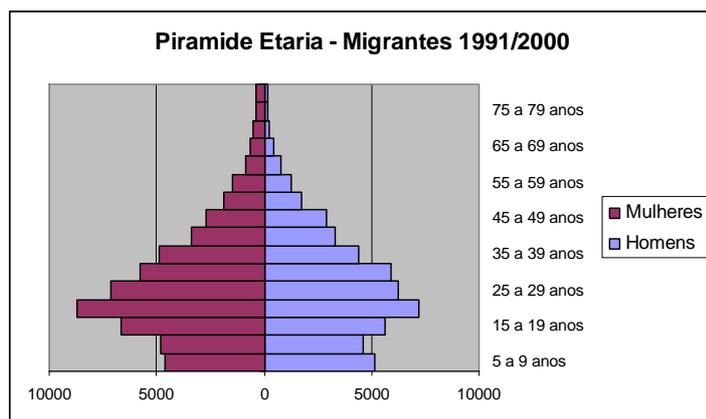
A pirâmide etária populacional da Região Metropolitana de Florianópolis no ano de 1991 apresenta a base bojuda, típica de sociedades que estão diminuindo o volume de sua Taxa Total de Fecundidade (TFT) nos últimos anos. Este foi o caso da TFT de Santa

Catarina, que de uma taxa de 6,28 filhos por mulher no ano de 1970, diminuiu este número para 3,82 filhos por mulher em 1980 e 2,59 filhos por mulher em 1991. Contudo, o dinamismo dessa diminuição diminuiu de maneira importante na década seguinte, em um contexto em que a TFT de Santa Catarina no ano 2000 é de 2,02 filhos por mulher. Este tema é importante, para justificar a proposição de que um importante elemento da mudança na estrutura da pirâmide populacional da RMF no ano 2000, serão as migrações.



Fonte : Construção Própria a partir de Dados do DATASUS.

Como é possível observar na pirâmide acima, há uma grande concentração populacional no grupo etário de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos. Contudo, como podemos observar na pirâmide etária de 1991, os grupos etários que correspondem a estas idades (0 a 4 e 5 a 9 anos) não apresentam importantes diferenças em relação ao restante da população.



Fonte : Construção Própria a partir de Dados do DATASUS.

Como podemos observar na pirâmide etária dos migrantes que se destinaram a RMF entre 1991 e 2000, grande parcela do inchaço nos grupos etários de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, é conseqüência dos fluxos migratórios. Esta informação se corrobora a partir da

constatação de que os migrantes respondem por 17% do contingente populacional entre 15 e 19 anos, cifra que quase chega a 23% no grupo etário entre 20 e 24 anos. Este fato traz importantes implicações sobre a População Economicamente Ativa da RMF.

Para alguns autores como, por exemplo, Carvalho (1988) e Rios Neto (2005), estes fluxos populacionais podem representar janelas de oportunidade para esta região alcançar um maior patamar de desenvolvimento, devido a rápida diminuição em sua razão de dependência etária. Contudo, em um contexto de difícil inserção no mercado de trabalho, esta tese encontra inúmeras críticas.

Tabela 6 – Ocupação de Migrantes segundo Microdados Censo 2000.

<b>Categorias de Ocupação</b>	<b>Migrantes (%)</b>	<b>Total RMF (%)</b>
Militares	1,4	1,7
Funcionários Públicos	6,6	5,9
Profissionais Liberais	10,8	10,2
Técnicos de nível médio	12,7	12,4
Trabalhadores de Serviços Administrativos	11,4	12,8
Serviços e comércio	34,6	31,5
Setor Primário	1,1	2,9
Indústria	19,5	20,2
Serviços de Reparação e Manutenção	1,9	2,4

Fonte: Construção Própria a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Os dados da tabela 6 nos permitem visualizar as principais categorias de ocupação da população migrante na RMF no ano 2000. A primeira observação a ser tecida sobre estes dados é a de que a principal ocupação dos migrantes que se dirigem a esta região é no setor de serviços. Este fato não é surpresa, pois a estrutura de empregos da própria região propicia este fato. Porém, podemos observar o elevado nível de funcionários públicos que se dirigem a esta região, provavelmente absorvidos no município de Florianópolis. O setor primário apresenta baixíssima participação, mesmo considerando o baixo nível de empregos neste setor para o total da RMF. O setor secundário, no entanto, apresenta um nível de inserção bastante aproximado ao total de empregos disponíveis.

Por fim, pode-se tirar como conclusão da tabela 2 o fato de que os migrantes preponderantemente encontram inserção no mercado de trabalho urbano. A renda média da população migrante na RMF no ano 2000, era de 5,7 salários mínimos, enquanto esta

mesma renda média para a população total dessa região era de 5,9 salários mínimos, segundo os microdados do Censo 2000. Assumindo que este diferencial é bastante reduzido, pode-se sugerir que a RMF apresenta um alto poder de absorção de migrantes. Por este motivo, a atração destes contingentes populacionais pode ser assumida como mais um indicativo do fortalecimento do poder de atração da RMF sobre o restante da rede urbana brasileira.

## **Conclusão**

Este trabalho procurou estabelecer uma linha analítica que abordasse o tema das migrações em sua relação com a estrutura econômica. A literatura que deu substrato a estas análises está fortemente ancorada nos textos que abordam a existência de uma rede urbana articulada, no contexto da economia nacional. Neste sentido, procurou-se mostrar que os deslocamentos populacionais poderiam ser interpretados como um dos reflexos da divisão espacial do trabalho na localidade origem. Apesar dos resultados alcançados não permitem maiores conclusões sobre o tema, considerasse que este texto cumpriu com o objetivo de propor uma forma de análise sobre o tema, que era seu objetivo principal.

## **Bibliografia**

AZEVEDO, A. Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. FFLCH/USP, São Paulo, 1956.

ASSUMPCÃO, P.A. O Movimento Demográfico no Oeste Catarinense: um estudo sobre os determinantes econômicos da migração. CSE/UFSC, Monografia de Graduação, 2006.

BAENINGER, R. O Processo de Urbanização no Brasil: características e tendências. A luta pela cidade de São Paulo. Ed. Cortez, São Paulo, 1992.

BRANDÃO. C.A. A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. UNICAMP, Instituto de Economia, Tese de Livre Docência, Campinas, 2003.

BRAUDEL, F. Civilização Material Economia e Capitalismo. Tomo I. As Estruturas do Cotidiano. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1997.

CANO, W. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro Pós-1930. Anais ABEP, Olinda, 1988.

Carvalho J.A.M. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. ABEP, 6, 1998, ANAIS.

- CASTELLS, M. A Questão Urbana. São Paulo, Ed. Paz e Terra, original de 1979.
- CORRÊA, R.L. Estudos sobre a Rede Urbana. Ed. Bertrand Brasil, São Paulo, 2005.
- CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. A Migração nos Estados Brasileiros no período Recente: principais tendências e mudanças. BAHIA análise de dados. Salvador, v.10, n.4, 2001.
- DINIZ, C.C. A nova Configuração Urbano Industrial no Brasil. In; Kon, A.Unidade e Fragmentação no Brasil. A Questão Regional no Brasil. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2002.
- FARIA, V. O Processo de Urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. ANAIS do I Encontro da ABEP, Caxambu, 1978.
- IBGE, Censo Demográfico de 1980. IBGE, Rio de Janeiro, 198\_
- FIBGE, Censo Demográfico de 1991: IBGE, Rio de Janeiro, 1992.
- FIBGE, Censo Demográfico de 2000. IBGE, Rio de Janeiro, 200\_
- FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2000.
- GOTTDIENER, M. A Produção Social do Espaço. EDUSP, São Paulo, 1993.
- GOULART FILHO, A. Padrões de Crescimento e Diferenciação Econômica em Santa Catarina. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2001.
- GUIMARÃES NETO, L. As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho no Brasil dos anos 1990. In; Kon, A.Unidade e Fragmentação no Brasil. A Questão Regional no Brasil. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2002.
- HARVEY, D. A Justiça Social e as Cidades. Ed. HUCITEC, Jaú, original de 1973.
- JACOBS, J. Economy of Cities. Vintage, New York, 1970.
- MARTINE, G. Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano. IPEA, Brasília, 1978.
- MIOR, L.C. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural. Chapecó: Argos, 2005.
- MIRA, M. A. F. B. A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX. IN MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. A Realidade Catarinense no século XX. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.
- MATTEI, L. F.; LINS, H.N. Economia Catarinense Rumo ao Século XXI. Texto para discussão. Centro Sócio-Econômico. CSE/UFSC, Florianópolis, 2001.
- MYRDALL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Ed. SAGA, Rio de Janeiro, 1968.
- PACHECO, C.A. A Fragmentação da Nação. CAMPINAS, IE/UNICAMP, 1998.
- PRADO JR, C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- RIOS NETO, E. L. G. Questões Emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. REBEP. Vol.22, n.2 jul/dez, São Paulo, 2005.
- SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996.
- SINGER, P. Economia Política da Urbanização. CEBRAP, São Paulo, 1979.